



A cultura nas (das) pequenas cidades da Amazônia Brasileira

José Aldemir de Oliveira
Departamento de Geografia
Universidade Federal do Amazonas

O presente texto faz parte de pesquisas desenvolvidas no Grupo de Pesquisas e Estudos das Cidades na Amazônia Brasileira do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas – Brasil, cujos resultados apontam como tendência o revigoramento de alguns pequenos núcleos urbanos antigos, especialmente os localizados nas margens dos rios. Fala-se pouco das pequenas cidades, sobretudo as situadas nos países pobres e principalmente na periferia desses países. Quero utilizar-me deste espaço para falar das cidades da Amazônia Brasileira não porque são importantes do ponto de vista econômico ou político, mas porque são lugares em que pulsam modos de vida que diferem muito do padrão caracterizado como urbano.

A vida nas (das) pequenas cidades está ligada ao rio e à floresta. Vendo-se uma vez, elas nunca mais serão esquecidas. Não porque deixem, como outras cidades memoráveis,

uma imagem extraordinária nas recordações, mas porque têm a propriedade de permanecerem na memória rua por rua, casa por casa, apesar de não possuírem particular beleza.

Chega-se às pequenas cidades amazônicas pelo rio quando o barco que navegamos se aproxima. Se for dia, antes víamos a torre da igreja e hoje a torre da telefônica, como sinal da modernização; se for noite, é o clarão da cidade a que se aproxima vagarosamente, sem pressa, com tempo para os acontecimentos e para a concretização do SER. Chega-se ao porto, quase sempre improvisado, em que tudo parece temporário e inacabado.

O porto é o intermédio entre o rio, a floresta e a cidade como lugar privilegiado dos enigmas da Amazônia transfigurados em enigmas do mundo a nos oferecer interrogações sobre origens e destinos. O rio, a floresta e a cidade têm no porto a fronteira entre o real e o imaginário, possibilitando-nos leituras múltiplas de ritmos de tempos diversos. A interpretação que podemos dar às pequenas cidades muitas vezes nos foge, pois buscamos parâmetros lógicos que nem sempre são capazes de explicá-las. Porém, apesar de todas as limitações que podemos ter, o importante é perceber desde a chegada que nessas pequenas cidades estão os mais preciosos arquivos culturais do mundo amazônico, os igapós simbólicos de nossa cultura, as raízes submersas da alma de um povo.

É quase sempre assim que chegamos à maioria das cidades ribeirinhas e delas temos a primeira impressão que nem sempre fica, pois o contato com a realidade nos coloca em contato com arruamento caótico e com cidades mergulhadas na inércia. Essa inércia pode ser apenas aparente, pois quase sempre estamos baseando nossas concepções a partir de realidades de um urbano em movimento.

O que são as pequenas cidades

Quais os parâmetros para se definir uma pequena cidade? Não há uma definição absoluta. O primeiro critério ainda é o demográfico, porém outros devem ser arrolados, especialmente para uma região como a Amazônia, dentre os quais se aponta:

- 1) baixa articulação com as cidades do entorno;
- 2) atividades econômicas quase nulas com o predomínio de trabalho ligado aos serviços públicos;

- 3) baixa capacidade de oferecimento de serviços, mesmos os básicos ligados à saúde, à educação e à segurança;
- 4) predominância de atividades caracterizadas como rurais.

O processo de surgimento das pequenas cidades na Amazônia não prescinde de suas especificidades e é neste sentido que ganha relevância o seu estudo, visto que, do ponto de vista demográfico, no período intercensitário (1991-2000), a Região Norte apresentou a maior taxa de crescimento relativo da população urbana no Brasil, 18,26%, com média de urbanização de 69,87%. Mesmo com esse expressivo índice de urbanização, os dados estatísticos escondem uma realidade socioespacial que necessita de análises mais acuradas, sendo que dois merecem destaques pela relevância: 1) concentração da urbanização - no Estado do Amazonas, o maior Estado brasileiro em extensão, por exemplo, de uma população urbana de 2.104.290 habitantes, 70% está concentrada na capital do Estado, Manaus, com 1.403.796 habitantes; 2) ausência de estrutura urbana - a maioria dos núcleos urbanos, especialmente os localizados às margens dos rios, embora apresentem a estrutura de cidade, carecem de atividades econômicas caracterizadas como urbanas, o que faz com que a população urbana se dedique a atividades rurais como pesca, agricultura familiar e extrativismo. Esses núcleos urbanos diferem dos criados às margens das estradas que se constituem nas novas espacialidades urbanas da Amazônia a partir dos anos 70, em decorrência da política desenvolvimentista baseada na implantação dos projetos de colonização e na instalação de grandes projetos públicos e privados.

As políticas desenvolvimentistas determinaram um novo padrão urbano para a Amazônia com o aumento do número de cidades. Em 1960, eram 165, passando para 212 em 1980, chegando a 264 em 1991, atingindo 449 em 2000, ou seja, só na última década do século 20 foram criadas 185 cidades, número superior à quantidade de cidades existentes em 1960. Quase sempre, são pequenos núcleos que se emancipam com fraca ou nenhuma infra-estrutura cuja base econômica é o repasse de recursos públicos.

Observa-se que há o aumento do número de cidades e a diminuição do tamanho das mesmas, pois em 1991 o tamanho médio das cidades era de 5,2 mil habitantes e em 2000 é de 2,07 mil. Aumentou também o percentual de concentração da população especialmente nas capitais, sendo o maior percentual em Boa Vista, capital do Estado de Roraima, com 61,82%, seguida de Macapá, capital do Amapá, com 59,42%; Eis os dados das outras

capitais: Manaus, capital do Estado do Amazonas, 49,90%; Rio Branco, capital do Estado do Acre, 45,38%; Belém, capital do Estado do Pará, 20,6%; Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, 24,25%; e Palmas, capital do Estado de Tocantins, 11,87%. Como se vê, em dois Estados a população residente na capital representa mais da metade da população total. Além disso, há maior crescimento das cidades médias. Considerando o censo de 1991, apenas 13 cidades na Amazônia tinham mais de 50.000 habitantes e menos 200.000: Porto Velho, Rio Branco, Boa Vista, Macapá, Santarém, Marabá, Castanhal, Ananindeua, Itaituba, Abaetetuba, Araguaina, Gurupi e Ji-Paraná. Em 2000, o número de cidades com mais de 50.000 e menos de 200.000 habitantes aumentou para 23, mostrando também a tendência ao aumento da população nos núcleos já existentes. Tomando como exemplo o Estado do Amazonas, das 62 cidades, 10 têm menos de 5 mil habitantes e 21 entre 5 a 10 mil habitantes.¹

Considerando algumas variáveis para se aferir a qualidade de vida na Amazônia, observa-se que, embora tenha ocorrido melhoria, os índices são inferiores à média nacional. É possível comparar, por exemplo, que em 1991, os domicílios com abastecimento de água eram de 41,4% e em 2000 subiram para 48,01. Em 1991, apenas 8% dos domicílios tinham esgotamento sanitário adequado; em 2000 a rede de esgoto estava disponível para 10,9% dos domicílios. Em 1991, os domicílios sem coleta de lixo representavam 63,1%; esse percentual diminuiu para 42,29% em 2000.

Os dados quantitativos devem ser cotejados com algumas análises qualitativas. O esgoto sanitário carece de tratamento e está concentrado em algumas cidades. Do mesmo modo, a existência de água encanada não significa água de boa qualidade ou que a água é tratada. Na maioria das cidades, especialmente, nas pequenas cidades, significa apenas a canalização da água do rio. A coleta de lixo não é diferente. Embora esse serviço tenha crescido significativamente em decorrência da municipalização, não há ou são raros os aterros sanitários, predominando os lixões.

O que se pode apontar é que está ocorrendo o revigoramento de alguns núcleos já existentes. Ao mesmo tempo em que ocorre a integração do território, possibilitando a circulação de pessoas e objetos, há a desarticulação de fluxos pretéritos e o surgimento de outros. Como esta desarticulação de fluxos não é circunscrita a si mesma, não apenas os

¹. Todos os dados demográficos foram extraídos do Censo Demográfico 2000 do IBGE.

eixos desaparecem, mas desarticulam-se atividades e daí modos de vidas a eles ligados. Quase sempre os padrões de circulação impostos pela modernização determinam o desaparecimento de algumas atividades e o surgimento de outras, bem como estabelecem impactos. No entanto, parte dos núcleos urbanos localizados às margens dos rios perde importância como dinâmica econômica, em decorrência da crise do extrativismo, mas mantém certa importância local como suporte de serviços à população. Embora as condições gerais de infra-estrutura da Amazônia sejam precárias, a pouca existente está localizada mesmo nas pequenas cidades. Nos anos 90, estes núcleos urbanos parecem recuperar minimamente alguma importância com a ascensão da questão ambiental.

As pequenas cidades no nosso agora

Há outro lado que também deve ser considerado. Nas últimas décadas do século 20, a vida nas cidades da Amazônia mudou de modo significativo. Mesmo nas pequenas cidades, em pouco mais de uma geração, as informações tornaram-se mais ágeis, pois os lugares foram atingidos por dimensões das técnicas que possibilitaram maior circulação de idéias e acesso “a modernização”.

Tudo isso contribuiu para construir concreta e subjetivamente o novo universo urbano em sua complexidade, alcançando proporções espantosas tanto positivas como negativas. De um lado, as cidades passam a ser associadas às idéias do novo, do moderno; de outro, passam a ser associadas à baixa qualidade de vida, epidemias, inércia e lugar da destruição e da violência, as quais sempre ganham adjetivação que lhes associa ao espaço urbano.

As pequenas cidades amazônicas estão associadas à beira do rio e à beira das estradas. A situação geográfica determina diferenciações na paisagem. As cidades situadas à beira do rio diferem das criadas às margens das estradas e apresentam características que, embora retomem o processo inicial de colonização portuguesa na Amazônia, carecem de estudos geográficos. É neste aspecto que aparece a importância de estudos que apresentem, nem que seja de modo preliminar, alternativas aos assentamentos nos aglomerados urbanos, em especial das pequenas cidades que marcam a produção do espaço da Amazônia desde o período colonial e que passam a ter certa importância a partir dos anos 90 do século 20. Em

alguns desses aglomerados há o surgimento de ações nem sempre transformadas em produção que se ligam às novas dimensões postas pela questão ambiental. O problema que se vislumbra é como, do ponto de vista teórico e metodológico, estudar os pequenos aglomerados; compreender, do ponto de vista da geografia, as estratégias das populações e do poder locais para a superação das dificuldades de acesso à educação, saúde e telecomunicações; e como essa articulação se insere numa rede de organizações do movimento social local (sindicatos, cooperativas, nações indígenas) e desta com o movimento ambientalista (ONG), inserindo a Amazônia como pauta de discussão internacional relacionada à questão ambiental.

Nas cidades da beira das estradas as transformações foram tão rápidas que surgiram novas formas de vida e espaços a partir do nada, num lastimável domínio da “geografia do lugar nenhum”, em que predominam os fluxos de intercâmbios e os centros de negócios especialmente ligados à mineração, extração de madeira e mais recentemente à soja. Já as cidades da beira do rio parecem ter uma dinamicidade ligada a uma dimensão da sustentabilidade e da biotecnologia comandadas quase sempre por ONGs que estão articuladas ao mundo quase sempre sem se articular com os lugares. Criam-se espaços artificiais, desprovidos de memória que desprezam a história e a cultura específicas, levando à construção de objetos iguais, independentemente dos lugares onde estão localizados.

As contradições das espacialidades

Por isso essas pequenas cidades da Amazônia são cada vez mais iguais, e as suas formas escapam à história e à cultura do lugar, tornando os homens e as mulheres reféns da lógica de um mundo distante, das possibilidades ilimitadas como se fosse possível reinventar formas iguais em qualquer lugar. Busca-se projetar formas espaciais para unificar o ambiente simbólico visando atender aos interesses de determinados segmentos da sociedade, conseqüentemente substituindo a especificidade histórica de cada lugar.

São temporalidades e espacialidades alheias ao lugar, visto que o poder, a produção e a riqueza são projetados para o mundo enquanto a experiência, a vivência, a cultura e a história são enraizadas nos lugares. Em decorrência pode-se ter acesso às mais avançadas tecnologias, que são vendidas como sinais de progresso e de crescimento, mas a maioria não tem acesso às necessidades básicas.

As pequenas cidades amazônicas vivem essa contradição: são articuladas a relações pretéritas caracterizadas pela inércia e, ao mesmo tempo, articuladas a dinamicidades contemporâneas que as ligam ao mundo, especialmente a partir da biodiversidade e da sociodiversidade. Essa contradição, que de resto não é exclusiva da Amazônia, possibilita as simultaneidades nas inovações e sinais da modernização na paisagem (especialmente ligados à comunicação, mas também em equipamentos).

Ao mesmo tempo, essas pequenas cidades talvez representem, neste início de século, uma das mais raras permanências, refletindo e iluminando miticamente a cultura. Cultura assinalada por João Paes Loureiro como algo que continuará a ser uma luz brilhando e que persistirá mesmo com as chamas das queimadas nas florestas, com a extração dos recursos naturais, com a poluição dos rios e com a mudança das relações dos homens entre si, que não conseguem destruí-las irremediavelmente. Aqui ainda há um tempo para a vivência de uma forma ilimitada, "com seres sobrenaturais, porque somente a imaginação consegue ultrapassar os horizontes. Foi a boiúna que, ao agitar-se, fez o barranco ruir; o curupira fez o caçador perder-se na mata; a iara fez afogar-se de sedução aquele que, aparentemente, não tinha razões para morrer no rio; a tristeza não veio da alma, mas do canto da acauã”.

Há nestes aglomerados a inércia caracterizada pelos tempos lentos e ao mesmo tempo a dinamicidade dos tempos rápidos que caracterizam a inserção da Amazônia no mundo. A análise desses dois aspectos (a inércia e a dinamicidade) ao mesmo tempo antagônicos e complementares necessita de pesquisas de campo acuradas, porque ela pode nos clarear o papel das pequenas cidades e especialmente se esse novo momento da Amazônia representará um processo caracterizado pela dinamicidade ou se ao contrário significará a permanência na inércia.

Há um problema de base metodológica para as ciências sociais no geral e para a geografia em particular, qual seja de que modo estudar esses pequenos aglomerados urbanos. Tal preocupação decorre do entendimento de que a complexidade de compreensão das cidades amazônicas, especialmente das pequenas cidades, está na dificuldade de se estabelecer uma correta e coerente problematização da realidade e, a partir disso, construir um objeto de investigação que analise, do ponto de vista geográfico, a articulação dos processos ecológicos com os processos culturais. O desafio, portanto consiste em

compreender como as relações socioespaciais decorrentes das estruturas sociais e produtivas são formuladas sob a óptica teórico-conceitual, levando em consideração à natureza.

A imagem da natureza que conduziu boa parte da discussão teórica e que por seu turno norteou a política ambiental até bem recentemente foi construída tendo sempre embutida a idéia de domínio do homem. Especificamente sobre a Amazônia, predomina uma visão que oscila de um lado como um ambiente hostil oposto à civilização que precisa ser desbravado e de outro um lugar paradisíaco, um “lugar de retorno”. A nostalgia ecológica era conveniente para a classe dominante, materializada num naturalismo cristianizado, onde está implícita a unidade homem - natureza.

O que surge como um novo elemento-chave no processo de compreensão da problemática ambiental no final do século 20 é que as análises acerca do ambiente têm que levar em conta o espaço como a categoria fundamental para a compreensão das formas pelas quais as relações societárias produzem e reproduzem o espaço.

Outra questão a ser considerada é que as estruturas e as dimensões socioespaciais na Amazônia hoje são compartilhadas de modo diferente do que eram até então. Novos sujeitos, indígenas, movimentos sociais, empresas, ONG's e mídia produzem espacialidades diversas e articulam as estruturas preexistentes quase sempre locais às dimensões globais. No curso dessa articulação, o poder se dilui entre outros agentes das sociedades, de grupos de indivíduos, minorias étnicas, de pacifistas, de instituições que não se articulam apenas ao Estado Nacional e que em alguns casos já atingiram um grau de relações supranacionais.

Aqui talvez as pequenas cidades amazônicas, imersas numa inércia de tempos lentos, ganhem papel relevante, visto que comportam elementos da natureza ainda não conhecidos. Por outro lado, esse processo ainda necessita de uma base logística, que estas cidades representam, visto que estão ligadas ao mundo como, por exemplo, por meio das telecomunicações. Estudar esse processo em curso e verificar como ele se conclui significa a busca de compreender melhor a cidade, atingindo-se o real, o próprio ser, a sua essência, formulando análise teórico-metodológica a partir do conhecimento extrínseco que se dará com a investigação precisa das coisas e dos objetos para além da aparência.

As pequenas cidades amazônicas não são apenas produto do nosso tempo, mas de

tempos pretéritos cristalizados na paisagem. Por seu turno, a paisagem urbana não se resume ao conjunto de objetos, pois contém modos de vida que, como os primeiros, são resultantes das relações de produção continuamente produzidas, reproduzidas, criadas e recriadas, contendo as dimensões da sociedade de cada tempo.

Essa paisagem urbana também comporta as coisas da natureza. As cidades de hoje são lugares bem diversos das cidades pretéritas, não só porque o conjunto arquitetônico e a infra-estrutura foram profundamente modificados, mas também a terra, a floresta e os rios. O sítio urbano modificou-se ou porque se transformou ou porque estagnou, não sendo mais o mesmo. Aqui talvez esteja a raiz da investigação das pequenas cidades amazônicas, a investigação da cultura que mudou de modo considerável a partir da transformação de hábitos e costumes.

Considerações finais

Este é um texto sem conclusão, pois pesquisas ainda estão em andamento e mesmo quando concluídas revelarão verdades e não a verdade. O único ponto a destacar é que as pequenas cidades amazônicas revelam espacialidades que não coincidem com o inventário dos objetos no espaço nem sobre seu discurso e representação. Aqui se insere uma questão relevante: a questão ambiental não é um problema das populações locais, por isso essa população não pode assumir o ônus das soluções quase sempre preconizadas de fora.

Neste sentido, pode-se inferir que a espacialidade oculta as conseqüências, o que indica a construção de uma geografia capaz de revelar formas e conteúdos espaciais que foram transformados e/ou permaneceram. Na Amazônia, para os homens e mulheres a história e a geografia das cidades são feitas. Há outro jeito de fazer e outro modo de esperar e neste sentido, homens e mulheres passam a ser a razão primeira de tudo. Nas pequenas cidades amazônicas a natureza é importante, porém muito mais do que pelo fatalismo de uma vida governada pela determinação da natureza, a cultura amazônica, produzida pelo amazônida, estrutura-se como a lógica e como a razão, mas também como o sonho.

Referências bibliográficas

BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990 (Série Princípios).

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. Meditação e devaneio: entre o rio e a floresta. *Somanlu Revista de Estudos Amazônicos*. Manaus: PPGSCA, v. 1, (4) junho/dezembro 2003.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia - Amazônia: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (Séc. XVII ao XX). *Boletim do MPEM*. Belém, 4(1): 65-115, julho de 1988.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Cidades na Selva*. Manaus: Valer, 2000.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Repensando o estudo das pequenas cidades amazônicas. *Revista da Universidade do Amazonas*. Serie: Ciências Humanas v.4, n.º 1-2, p. 155-172, 1995.

REY, Franz Gutiérrez; MUÑOZ, Luis Eduardo Acosta & CARDONA, Carlos Ariel Salazar. *Perfiles urbanos en la Amazonia Colombiana*. Bogotá: SINCHI, 2004.

RIBEIRO, Nelson Figueiredo. Amazônia na geopolítica brasileira e internacional. In: *A Igreja arma sua tenda na Amazônia*. OLIVEIRA, José Aldemir & GUIDOTTI, Humberto (organizadores). Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000. 27-51.

TOCANTINS, Leandro. *O Rio Comanda a Vida: uma interpretação da Amazônia*. 7 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1983.

TRINDADE JR, Saint-Clair. *A economia política da urbanização e a nova dinâmica regional amazônica*. Belém: UFPA, 2001.

TRINDADE JR., Saint-Clair. *Estado e gestão do espaço local na Amazônia: a experiência das cidades- empresa*. Belém: UFPA, 2001.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço urbano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.